



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento e Gestão
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 18 N° 04
Abril de 2009

Efeitos da crise na economia gaúcha

O aprofundamento da crise econômica internacional atingiu o Brasil em meio a um período de expansão econômica. Os três primeiros trimestres de 2008 evidenciavam que a economia brasileira se expandia a taxas elevadas, se comparadas com as do período recente, e crescentes. No trimestre imediatamente anterior à eclosão da crise, o País cresceu 6,8% contra o mesmo período do ano anterior. Mas as reduções do crédito e da demanda, não só no Brasil, mas em praticamente todo o mundo, fizeram a economia brasileira desacelerar de maneira rápida e profunda. Quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados do PIB do quarto trimestre, o tamanho dessa desaceleração foi conhecido. A economia, que vinha crescendo a taxas superiores a 6,0% nos três primeiros trimestres de 2008, reduziu brutalmente sua expansão, para apenas 1,3% no último.

De maneira similar, mas com intensidade ainda maior, essa mesma freada brusca aconteceu no Rio Grande do Sul. Os dados do Índice Trimestral de Atividade Produtiva (ITAP), elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), revelam que, após crescer 5,9% no terceiro trimestre, a economia gaúcha sofreu uma abrupta interrupção em seu crescimento, em out.-dez./08, quando encolheu 3,7% em relação ao mesmo período de 2007. Decompondo o ITAP por setores, pode-se explicar melhor essa inflexão. A agropecuária, embora tenha reduzido substancialmente sua taxa de crescimento entre o terceiro e o quarto trimestres, não chegou a impactar tanto o índice. O grande impacto veio da indústria. O setor, que vinha expandindo-se, entre julho e setembro, a uma taxa de 11,3%, retraiu-se fortemente no trimestre seguinte, diminuindo sua produção em 7,8%. Para se ter uma idéia do tamanho da retração, o nível da produção industrial de dez./08 é o mesmo

de jan./08. As atividades industriais que mais recuaram foram metalurgia, química e calçados. O setor serviços também foi bastante afetado. Do mesmo modo que a indústria, vinha num ritmo bom de crescimento, registrando taxas positivas nos três primeiros trimestres do ano. Novamente, a queda foi abrupta, com o setor encolhendo 1,3% nos últimos três meses do ano. Em serviços, merece destaque o comércio. Seu volume de vendas teve redução de 0,8% no quarto trimestre, após aumentar 5,6% no anterior.

Como visto acima, dos três setores que compõem o ITAP, o industrial foi o mais afetado pela crise. O principal canal desse contágio se deu pelas exportações. Por ser uma indústria concentrada em setores dependentes da demanda internacional, a queda das vendas externas teve impacto direto sobre o desempenho da produção industrial gaúcha no período. Como mostram os dados, o volume das exportações já estava perdendo força no segundo trimestre, quando recuou 1,1%, mas, com o agravamento da crise, a queda acentuou-se, chegando a 14,5% no quarto trimestre. As atividades que mais sentiram os efeitos da redução da demanda externa foram as de veículos automotores e calçados.

E o que esperar da economia gaúcha neste o início de 2009? Os primeiros indicadores do ano revelam a continuidade da crise. A queda na produção industrial seguiu em janeiro, com uma contração de 20,3% em relação a janeiro do ano anterior. O comércio retrocedeu 4,7% no mesmo período de comparação. E o volume das exportações diminuiu 31,0% nos dois primeiros meses do ano. Entretanto devem-se aguardar novos dados, para se ter uma idéia mais clara sobre as possibilidades da economia gaúcha em 2009.

Indicadores selecionados do desempenho da economia do Brasil e do Rio Grande do Sul — 2007 e 2008

INDICADORES	(%)			
	<u>1º TRIM/08</u> 1º TRIM/07	<u>2º TRIM/08</u> 2º TRIM/07	<u>3º TRIM/08</u> 3º TRIM/07	<u>4º TRIM/08</u> 4º TRIM/07
PIB do Brasil	6,1	6,2	6,8	1,3
ITAP do RS	4,1	3,7	5,9	-3,7
ITAP da agropecuária	-6,2	-4,3	5,7	-0,7
ITAP da indústria	6,2	4,0	11,3	-7,8
ITAP de serviços	4,8	4,5	4,7	-1,3
Comércio (IVC-RS)	6,9	7,8	5,6	-0,8
Exportações do RS (volume)	1,6	-1,1	-11,9	-14,5

FONTE: FEE; IBGE.

Martinho R. Lazzari (FEE/CIE)

Mortalidade materna nos municípios do RS

Um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estipulados pela ONU é reduzir a mortalidade materna (número de óbitos maternos por 100.000 crianças nascidas vivas) em três quartos entre 1990 e 2015. O Governo Federal tem como meta a diminuição desse indicador em 15%, de 2008 até 2011, e, para tanto, tem um projeto de qualificação de profissionais, para melhorar a qualidade do pré-natal e reduzir o número de cesarianas consideradas desnecessárias.

A taxa do Brasil subiu de 48,70 para 74,68 entre 1992 e 2005, segundo dados do DATASUS. No RS, passou de 40,00 para 66,00 nesse mesmo período. Mas, em 2007, o Estado apresentou uma queda nesse indicador, para 57,78. Mesmo

assim, continua numa situação precária, pois, se mantiver essa tendência, não alcançará a meta da ONU em 2015. Quanto aos 10 municípios gaúchos mais populosos em 2007, essa mesma meta de diminuição em três quartos do indicador não tinha sido atingida por nenhum deles em 2005. Com a atualização dos dados para o ano de 2007, a situação praticamente não mudou. Apenas Viamão conseguiu alcançá-la e, se continuar nesse patamar, estará cumprindo o conceito de redução de mortalidade materna estipulada pela ONU para 2015. Quanto aos demais municípios, permanecem mal categorizados em relação a esse ODM. Oito deles, inclusive, pioraram o indicador entre 2005 e 2007.

Coeficiente de mortalidade materna conforme os ODM, nos 10 municípios com maior população do RS — 1992, 2005 e 2007

MUNICÍPIOS	COEFICIENTE DE MORTALIDADE MATERNA			CATEGORIZAÇÃO ODM	
	1992	2005	2007	1992-2005	1992-2007
Alvorada	27,67	29,01	63,86	(1)NMMN	NMMN
Canoas	35,86	59,28	82,88	NMMN	NMMN
Caxias do Sul	19,30	34,14	52,16	NMMN	NMMN
Gravataí	54,87	26,12	28,61	(2)AL	AL
Novo Hamburgo	21,98	89,42	257,15	NMMN	NMMN
Pelotas	34,81	45,69	49,78	NMMN	NMMN
Porto Alegre	34,78	52,82	73,00	NMMN	NMMN
Santa Maria	23,75	114,65	32,56	NMMN	NMMN
São Leopoldo	0,00	30,40	67,34	NMMN	NMMN
Viamão	0,00	54,08	0,00	NMMN	(3)AA
Rio Grande do Sul	40,00	65,99	57,78	NMMN	NMMN
Brasil	48,70	74,78	-	-	-

FONTE: FEE/NIS.

Secretaria Estadual da Saúde.

(1) NMMN significa nenhuma mudança ou mudança negativa. (2) AL significa avanço lento. (3) AA significa avanço alcançado.

Ricardo Rossi da Silva Couto (FEE/CIE)

Declínio acentuado nas exportações de couro no BR e RS

Originalmente voltado para a produção de calçados e artefatos de couro, o setor curtidor, brasileiro e gaúcho, passou por expressivas modificações nos últimos 10 anos. Elevados investimentos em tecnologia e qualidade, inclusive com novas plantas de acabamentos de couros, possibilitaram a inserção do produto brasileiro a preços competitivos no mercado internacional de couros para a indústria do mobiliário e a automotiva.

Apesar do maior direcionamento para a produção e exportação de couros semi-acabados (*crust*) e acabados, o setor ainda é bastante dependente das vendas externas do produto no estado inicial *wet blue*. E foi essa dependência que afetou o bom desempenho das exportações de couros já no primeiro bimestre de 2008, estendendo-se pelo restante do

ano. Na ocasião, a perda de competitividade desse tipo de couro brasileiro no mercado internacional, por aumento de preço, afastou grandes curtidores finais internacionais de couros para móveis, fortemente atingidos pela crise imobiliária nos EUA.

Assim, os desdobramentos da crise a partir do segundo semestre de 2008 alcançaram o setor coureiro já numa fase de desaceleração. A drástica diminuição das exportações brasileiras e gaúchas no primeiro bimestre de 2009, quando comparadas com as de igual período de 2008, confirma o declínio da demanda mundial de couro. Mas também resulta das dificuldades encontradas pelos exportadores para a formalização de contratos de adiantamento de contrato de câmbio (ACC) desde meados do segundo semestre de 2008.

Exportações de couro e peles no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2007/2009

PERÍODOS	BRASIL		RIO GRANDE DO SUL	
	Valor (US\$ milhões)	Variação % (1)	Valor (US\$ milhões)	Variação % (1)
Jan.-dez./07	2 193 931,2	16,80	530 289,5	4,53
Jan.-dez./08	1 880 173,3	-14,30	509 499,1	-3,92
Jan.-fev./07	350 418,1	45,14	83 872,2	44,60
Jan.-fev./08	360 294,0	2,82	90 196,6	7,54
Jan.-fev./09	148 355,9	-58,82	37 348,5	-58,59

FONTE: MDIC/Secex/Aliceweb.

(1) Comparação com igual período do ano anterior.

Silvia Horst Campos (FEE/CEES)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./96-fev./09

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa: dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./96	2,1	21,0	-	10,1	23,00	-	-	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,4	22,2	-	5,2	38,00	-	-	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,0	21,2	-	1,7	29,00	-	-	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Mar./07	3,9	-	10,1	3,0	13,00	72,2	-1,0	102,4	-3,1	109 023
Abr./07	-	-	10,1	3,0	12,75	72,9	-0,7	102,7	0,4	110 694
Mai/07	-	-	10,1	3,2	12,50	71,8	-3,0	103,8	1,1	111 301
Jun./07	4,8	-	9,7	3,7	12,50	70,0	-10,7	103,3	-0,5	113 195
Jul./07	-	-	9,5	3,7	12,00	69,0	-11,9	105,1	1,7	116 458
Ago./07	-	-	9,5	4,2	11,50	70,8	-6,1	103,5	-1,5	117 425
Set./07	5,3	-	9,0	4,2	11,50	68,1	-9,1	102,7	-0,8	123 181
Out./07	-	-	8,7	4,1	11,25	64,9	-10,7	105,7	3,0	124 345
Nov./07	-	-	8,2	4,2	11,25	64,5	-12,0	115,7	9,5	127 393
Dez./07	5,7	-	7,4	4,5	11,25	63,9	-13,4	140,8	21,7	143 642
Jan./08	-	-	8,0	4,6	11,25	63,7	-12,5	110,5	-21,5	141 858
Fev./08	-	-	8,7	4,6	11,25	62,6	-12,8	106,6	-3,6	132 524
Mar./08	5,9	-	8,6	4,7	11,25	63,3	-12,3	108,1	1,4	130 811
Abr./08	-	-	8,5	5,0	11,25	62,9	-13,7	106,1	-1,8	131 320
Mai/08	-	-	7,9	5,6	11,75	61,2	-14,8	108,6	2,4	132 658
Jun./08	6,0	-	7,8	6,1	12,25	60,2	-14,0	107,1	-1,3	131 067
Jul./08	-	-	8,1	6,4	13,00	59,1	-14,3	109,6	2,3	134 669
Ago./08	-	-	7,6	6,2	13,75	58,5	-17,4	107,4	-2,1	133 935
Set./08	6,3	-	7,6	6,3	13,75	64,0	-6,0	108,5	1,1	137 544
Out./08	-	-	7,5	6,4	13,75	73,1	12,6	109,3	0,7	139 816
Nov./08	-	-	7,6	6,4	13,75	73,7	14,3	120,5	10,3	130 600
Dez./08	-	-	6,8	5,9	13,75	78,3	22,5	148,3	23,0	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	74,0	16,2	114,6	-22,7	142 042
Fev./09	5,1	-	-	5,9	12,75	-	-	-	-	135 861

(continua)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./96-fev./09

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./96	0,09	33,3	83,87	1,7	-	(8)82	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	81,16	3,9	-	(8)84	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	79,26	-2,0	-	(8)82	-3,5	-6,2	-4,24	3,66	0,58	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	(8)81	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	-	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	-	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	-	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	-	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	-	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	(9)83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	(9)84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Mar./07	-4,05	44,8	121,21	2,6	13,1	(9)83,1	15,3	24,5	1,07	1,87	-2,94	109 531	215 543
Abr./07	-4,18	44,2	113,58	3,3	-6,7	(9)84,5	16,9	24,2	1,19	2,07	-3,26	121 830	217 256
Mai/07	-4,27	44,7	125,48	3,3	8,1	(9)84,4	19,2	25,9	1,13	1,94	-3,07	136 419	219 285
Jun./07	-4,27	44,1	121,61	3,9	-2,1	(9)84,7	19,3	26,5	1,10	2,68	-3,78	147 101	230 296
Jul./07	-4,33	44,0	125,50	4,2	2,1	(9)85,2	17,5	26,9	0,77	2,80	-3,57	155 910	235 030
Ago./07	-4,10	43,0	132,52	4,5	4,9	(9)85,7	16,6	27,6	0,69	2,81	-3,50	161 097	235 557
Set./07	-4,02	43,2	124,19	4,8	-6,4	(9)86,1	16,0	27,9	0,55	2,75	-3,30	162 962	237 632
Out./07	-4,19	43,2	136,83	5,3	8,0	(9)87,0	15,9	28,4	0,40	2,81	-3,22	167 867	238 262
Nov./07	-4,21	42,4	130,47	5,5	-4,0	(9)87,2	16,6	29,3	0,19	2,75	-2,94	177 060	242 098
Dez./07	-3,97	42,0	116,58	6,0	-8,3	(9)86,7	16,8	32,1	0,12	2,59	-2,71	180 334	240 495
Jan./08	-4,14	41,9	118,75	6,4	3,0	(9)84,3	17,0	33,4	-0,16	2,73	-2,57	187 507	244 829
Fev./08	-4,18	42,0	114,18	6,8	-3,8	(9)84,7	17,8	36,6	-0,32	2,65	-2,33	192 902	247 998
Mar./08	-4,47	41,2	123,04	6,6	5,9	(9)85,2	16,3	36,0	-0,64	2,64	-2,00	195 232	253 483
Abr./08	-4,25	40,9	124,96	7,0	1,4	(9)85,1	15,3	38,0	-0,98	2,63	-1,65	195 767	254 307
Mai/08	-4,35	40,6	128,53	6,7	1,5	(9)85,6	16,5	40,0	-1,01	2,65	-1,64	197 906	259 109
Jun./08	-4,24	40,5	129,51	6,7	0,8	(9)86,3	18,9	43,7	-1,22	2,09	-0,87	200 827	262 429
Jul./08	-4,33	40,7	136,50	6,9	4,1	(9)86,1	22,6	46,0	-1,30	2,03	-0,74	203 562	266 862
Ago./08	-4,37	40,5	135,10	6,4	-1,0	(9)86,6	24,5	48,2	-1,44	2,18	-0,74	205 116	271 079
Set./08	-4,55	37,8	136,17	6,8	0,3	(9)86,3	27,0	50,7	-1,63	2,46	-0,82	206 494	272 966
Out./08	-4,46	36,2	138,29	5,9	0,5	(9)86,3	26,3	50,3	-1,70	2,47	-0,77	197 229	278 919
Nov./08	-4,25	34,9	122,10	4,8	-9,6	(9)85,2	24,5	46,0	-1,65	2,42	-0,76	194 668	271 428
Dez./08	-4,06	35,8	99,37	3,1	-15,3	(9)80,6	23,0	41,9	-1,80	2,86	-1,07	193 783	262 931
Jan./09	-3,58	36,6	98,29	1,0	2,0	(9)76,7	19,2	35,8	-1,76	2,75	-0,99	188 102	267 486
Fev./09	-	-	-	-	-	(9)77,0	15,3	27,6	-1,73	2,90	-1,17	186 880	261 821

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Média do ano. (9) Dado mensal.

Carta de Conjuntura - Ano 18 nº 04

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — out./06-mar./09

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Out./06	-	105,37	101,61	97,46	529,3	254,9	101,0	1 037,0	178,23	901,96
Nov./06	-	103,27	101,87	97,86	427,5	369,0	96,7	1 035,9	179,21	901,57
Dez./06	4,7	93,64	99,93	98,01	431,3	281,8	82,4	934,6	180,07	899,82
Jan./07	-	94,41	105,89	105,89	475,9	305,7	175,3	1 118,2	181,43	903,05
Fev./07	-	94,37	105,52	105,71	352,1	297,7	106,2	883,7	181,42	906,26
Mar./07	-	114,29	107,16	106,25	408,3	224,3	96,3	824,7	184,09	906,95
Abr./07	-	112,37	115,18	108,53	475,0	311,9	101,2	970,4	184,79	908,85
Mai./07	-	118,51	109,31	108,70	468,1	243,9	103,0	970,4	185,23	913,28
Jun./07	-	108,10	106,78	108,37	415,1	323,5	128,0	993,3	187,16	919,60
Jul./07	-	112,43	108,99	108,46	401,5	281,8	120,8	926,8	188,68	942,88
Ago./07	-	113,04	106,48	108,20	513,2	236,3	135,8	1 009,1	188,97	945,05
Set./07	-	100,21	101,59	107,48	434,1	297,5	138,0	1 006,5	189,07	948,23
Out./07	-	115,45	109,56	107,69	466,6	288,9	132,1	1 022,4	189,15	951,56
Nov./07	-	110,37	106,87	107,62	550,4	320,1	130,8	1 147,5	191,29	953,61
Dez./07	7,0	98,53	105,22	107,43	509,5	340,0	121,3	1 135,9	192,81	957,09
Jan./08	-	102,86	108,95	108,95	520,0	336,8	219,4	1 243,3	194,84	957,57
Fev./08	-	105,86	112,17	110,56	511,9	308,3	139,1	1 114,0	194,35	959,14
Mar./08	-	113,20	99,04	106,22	514,4	280,7	117,5	1 054,9	195,65	964,44
Abr./08	-	120,91	107,59	106,59	523,5	368,0	137,1	1 167,1	197,10	967,72
Mai./08	-	114,61	96,70	104,39	492,2	392,1	129,5	1 172,8	200,19	969,38
Jun./08	-	115,69	107,02	104,83	651,0	303,1	156,0	1 322,2	202,95	981,24
Jul./08	-	119,12	105,95	105,00	449,0	431,3	146,8	1 163,7	204,67	1 030,71
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,6	205,36	1 038,38
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,5	205,98	1 048,99
Out./08	-	118,38	102,53	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	206,36	1 055,21
Nov./08	-	99,17	89,85	103,95	538,0	482,3	136,3	1 328,3	208,21	1 058,22
Dez./08	3,80	81,82	83,04	102,36	508,2	368,8	131,1	1 165,8	208,59	1 069,27
Jan./09	-	82,02	79,73	79,73	651,5	304,8	194,6	1 314,0	209,67	1 075,83
Fev./09	-	-	-	-	531,3	264,6	129,3	1 084,4	210,89	1 079,34
Mar./09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — out./06-mar./09

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Out./06	12 333	10,5	14,2	1 125	1 149	524 503	1 542 950	1 006 905
Nov./06	17 322	10,0	13,7	1 140	1 150	526 847	1 615 766	1 003 173
Dez./06	-13 467	9,2	12,9	1 130	1 131	531 587	1 732 882	1 044 476
Jan./07	14 920	8,6	12,2	1 097	1 118	443 129	1 807 603	860 445
Fev./07	13 643	8,8	12,3	1 102	1 136	518 242	1 840 251	866 144
Mar./07	8 926	9,4	12,9	1 108	1 144	544 817	1 838 957	1 062 709
Abr./07	15 008	10,1	13,6	1 126	1 156	556 619	1 788 914	971 243
Mai/07	-3 382	10,6	14,1	1 134	1 155	561 775	1 704 116	1 400 416
Jun./07	-1 132	10,8	14,4	1 128	1 155	556 098	1 642 989	1 281 777
Jul./07	-1 690	10,3	13,8	1 128	1 150	542 700	1 617 726	1 673 608
Ago./07	673	10,0	13,4	1 127	1 148	559 421	1 653 837	1 571 858
Set./07	14 986	9,6	12,8	1 125	1 131	534 178	1 612 954	1 280 444
Out./07	20 118	9,5	12,4	1 137	1 148	538 908	1 626 879	1 608 080
Nov./07	20 319	9,2	11,9	1 142	1 148	540 020	1 646 665	1 163 724
Dez./07	-8 065	8,7	11,3	1 169	1 171	527 914	1 737 091	1 277 226
Jan./08	19 029	8,4	11,2	1 133	1 130	467 639	1 914 097	1 155 177
Fev./08	20 080	8,3	11,3	1 105	1 101	553 905	1 949 550	1 196 912
Mar./08	18 474	8,7	11,7	1 088	1 101	556 404	1 905 271	1 156 056
Abr./08	13 578	9,0	12,0	1 118	1 129	591 331	1 852 881	1 398 875
Mai/08	2 296	9,2	12,2	1 149	1 167	588 888	1 747 461	1 718 977
Jun./08	7 990	8,7	11,9	1 171	1 185	579 625	1 722 206	1 682 512
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 174	1 192	599 694	1 738 101	1 866 525
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 183	1 189	598 172	1 738 262	1 733 246
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 188	1 192	570 888	1 684 761	2 556 164
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 189	1 188	583 481	1 723 158	1 662 121
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 182	1 188	545 726	1 702 679	1 120 931
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 165	1 161	504 271	1 821 798	1 212 575
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 175	1 159	-	-	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	-	-	-	-	876 189
Mar./09	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de jan./09. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./98 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

A nova matriz energética americana poderá gerar um novo ciclo de expansão?

O Governo Obama propõe: (a) até 2020, criar cinco milhões de empregos verdes, investindo US\$150 bilhões, poupar petróleo em quantidade equivalente à importação do Oriente Médio e da Venezuela juntos e incrementar, estrategicamente, a produção doméstica de petróleo e gás; (b) contar, em 2015, com um milhão de carros elétricos híbridos, perfazendo 60km/l de combustível; (c) assegurar insumos renováveis para a geração de eletricidade — 10% para 2012 e 25% para 2025 —; (d) reduzir as emissões do efeito estufa, até 2050, em 80% do nível alcançado em 1990; e (e) tornar a América líder nas questões climáticas.

O orçamento para 2010 e o pacote em C&T reforçam a proposta (ver tabela).

Se a crise financeira marcar o fim de um grande ciclo produtivo, o da era do petróleo, poderá significar, também, o prenúncio de um novo grande ciclo de lucratividade de oportunidades em gestação. Nesse caso, o Governo e os setores finan-

ceiro e produtivo norte-americanos deverão fazer essas mudanças a partir de uma nova concepção da matriz energética, inicialmente por motivos de segurança, mas que poderão vir a atender às preocupações relativas às questões climáticas e ambientais.

O perfil mundial da nova matriz ainda é uma incógnita, embora a maioria dos centros de pesquisa apontem uma grande participação dos não-renováveis até 2030. Mas isso, antes do anúncio presidencial. É possível que os perfis sejam regionalizados, bem como a própria matriz de insumo-produto, que deverá acompanhar as novas imposições do novo modelo energético, quer em processos, quer em produto.

Finda a gestação, será iniciado um novo e promissor ciclo de desenvolvimento, resultante da percepção e da canalização de recursos em pesquisa, em meio à vitória política das novas idéias sobre as velhas, fazendo valer a destruição criadora como nunca se viu.

Orçamento para 2010 e pacote de estímulo à economia norte-americana

ORÇAMENTO E PACOTES	VALOR (US\$ bilhões)	PERCENTUAL
TOTAL	4 387,0	121,86
Orçamento para 2010	3 600,0	100,00
Pacote de estímulo à economia americana	787,0	21,86
Pacote de estímulo à ciência e tecnologia (1)	111,4	3,09
Apoio a energias limpas	46,8	1,30
Infra-estrutura em tecnologia da informação	24,6	0,68
Aprimoramento da rede elétrica	11,0	0,31
Institutos nacionais de saúde	10,4	0,29
Limpeza ambiental	7,2	0,20
Departamento de energia	5,5	0,15
Fundação nacional da ciência	3,0	0,08
Outras agências científicas	1,9	0,05
NASA	1,0	0,03

FONTE: Folha de São Paulo 07.03.2009, A15 - Ciência; e Budget of the United States Government - Fiscal Year 2010: <<http://www.whitehouse.gov/omb/budget/>>. American Recovery and Reinvestment Act of 2009.

NOTA: A estimativa do orçamento do PIB dos EUA é de US\$ 14,9 trilhões para 2010.

(1) Incluído no pacote de estímulo à economia norte-americana.

Jaques Alberto Bensussan (FEE/CEES)

Preços da gasolina versus preços do petróleo

O crescimento importante dos preços nominais do petróleo a partir, aproximadamente, de 1999 e adquirindo características explosivas a partir de 2007 foi interrompido bruscamente em jul./08, quando as cotações despencaram para patamares muito inferiores e aí permaneceram, em uma trajetória de queda ao longo dos meses subsequentes. As estimativas são de fechar o ano de 2009 com o barril cotado em cerca de US\$ 42, menos da metade da registrada em 2008, US\$ 100, quadro que não se alteraria substancialmente em 2010, quando se espera que o preço do barril atinja US\$ 53, em média, no ano (estimativas para os EUA da Energy Information Administration, US Department of Energy).

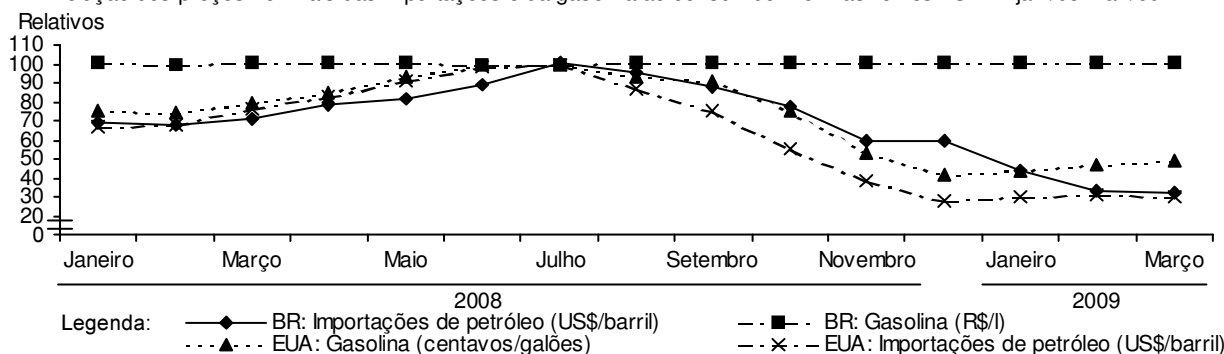
O comportamento dos preços da *commodity* tem suas raízes na desaceleração da economia global justamente na

segunda metade de 2008, que, ao reduzir a atividade econômica, deprimiu a demanda por energia.

Em princípio, os preços da gasolina nos mercados domésticos deveriam acompanhar os internacionais, tendência que vem ocorrendo efetivamente no mercado norte-americano. No Brasil, isso não aconteceu, pelo menos até o momento, permanecendo os preços praticamente nos patamares registrados antes da queda das cotações mundiais. E isso, apesar de os preços de suas importações e exportações de petróleo terem caído, acompanhando a tendência global.

A subida da cotação do dólar em reais (ao redor de 50% em jul.-dez./08) poderia explicar, em parte, esse comportamento; por outro lado, ele poderia estar associado, por hipótese, a estratégias empresariais (capitalização da Petrobrás).

Evolução dos preços nominais das importações e da gasolina ao consumidor no Brasil e nos EUA — jan./08-mar./09



Legenda: —◆— BR: Importações de petróleo (US\$/barril)

---■--- BR: Gasolina (R\$/l)

...▲... EUA: Gasolina (centavos/galões)

- - x - - EUA: Importações de petróleo (US\$/barril)

FONTE: ANP.

EIA.

NOTA: Os dados têm como base jul./08 = 100.

Maria D. Benetti (FEE/CEES)

Economia mundial segue em queda, em 2009

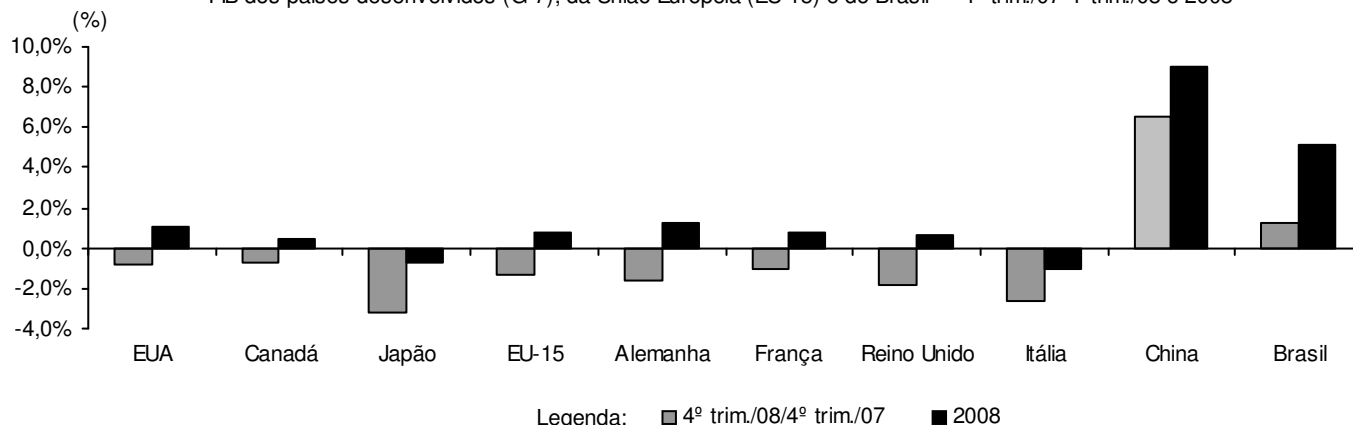
Os desdobramentos da crise mundial não deixam margem a dúvidas: de uma crise financeira, encaminhamo-nos para uma crise econômica de grandes proporções. Embora esperado, esse desenrolar sepultou duas idéias bastante repetidas a partir de meados de 2007, quando a crise financeira se iniciou. A primeira dizia respeito à possibilidade de uma crise contida no setor financeiro, em especial dos países desenvolvidos. A segunda propugnava a hipótese de um “descolamento” entre as economias desenvolvidas e em desenvolvimento, com a crise das primeiras sendo contida pelo dinamismo das demais, com especial ênfase no desempenho da zona asiática — tendo por centro a extraordinária expansão da economia chinesa — como esteio para a manutenção do crescimento mundial. Os números do PIB para o quarto trimestre de 2008 mostram com nitidez a extensão da disseminação geográfica da crise e o tamanho da queda frente ao ritmo de desempenho recente. A redução da atividade foi brusca e generalizada, mostrando que a economia produtiva mundial estava tão integrada quanto a financeira. Sem a demanda proveniente dos Estados Unidos, o comércio mundial foi bastante reduzido após o 3º trim./08, sendo esse o principal canal de propagação da crise para todo o planeta.

A partir da lógica de integração produtiva e fragmentação espacial da produção que caracterizou a produção industrial mundial nas últimas duas décadas, esse foi o setor mais afetado, liderando a redução do dinamismo na economia global.

Essa retração na produção industrial, por sua vez, é originária especialmente da diminuição na demanda mundial por automóveis e imóveis, tendo a incerteza econômica quanto às projeções de demanda e às dificuldades de novos financiamentos afetado também a decisão de investimento. Isso faz com que o setor de bens de capital sofra uma acentuada retração, situação que projeta seus efeitos para o futuro. Mais assustador é o fato de que dados recentes para o comércio internacional e para a produção industrial não têm apresentado melhoria, o que, conjuntamente com o agravamento do desemprego em todo o planeta (principalmente nos EUA, onde a taxa de desemprego dobrou em pouco mais de um ano, atingindo 8,1% em janeiro), não permite uma expectativa mais otimista para o primeiro semestre de 2009. A mesma dinâmica depressiva atingiu fortemente a economia brasileira, a qual apresentou significativa queda em seu crescimento, no 4º trim./08 e teve continuidade com a espetacular retração experimentada pela produção industrial brasileira em jan./09 (-17,2% frente a igual mês de 2008).

Quanto às possíveis soluções, a dinâmica da crise mostra que não bastam os instrumentos de política fiscal e monetária usados isoladamente por cada país à saciedade. Dados o encadeamento e a integração econômica, apenas a adoção de medidas conjuntas, sob liderança e exemplo da economia norte-americana, ainda a mais forte do planeta, poderá relançar as bases para uma retomada futura da economia mundial.

PIB dos países desenvolvidos (G-7), da União Européia (EU-15) e do Brasil — 4º trim./07-4º trim./08 e 2008



FONTE: Eurostat.
IBGE.

André Luís Forti Scherer (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 31.03.09).

ISSN 1517-7264

A *Carta de Conjuntura* FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.


**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adelar Fochezatto
Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição
Diretor Administrativo: Nôra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283
E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Cirei Pereira da Silveira. Composição, diagramação e arte final: Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal, Jose Antonio da Silva e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos, Rejane de Barcellos Schmitt e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.